



INCLUSÃO ESCOLAR: ESCOLA, EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

TATSCH, Tatsch¹; DA SILVA, Maria Elena Neve²

Resumo

A inclusão social é fato nos dias de hoje, e com ela vem todo um processo de adaptação. A adaptação corresponde não só ao ambiente físico, mas também ao pensamento da sociedade. O ambiente escolar tornou-se o berço em que começa a ampliação desse processo fundamentado em diversas leis inclusivas que orientam e direcionam os professores e a comunidade escolar buscando transformar a escola regular em uma escola inclusiva que aceite e respeite as pessoas com necessidades especiais como elas são, dentro deste ambiente de educação. A educação não ocorre somente na sala de aula, mas também, na prática de atividade física, sendo essencial que o professor de educação física tenha conhecimento sobre as necessidades especiais. O aluno com deficiência auditiva é parte integrante dessa pesquisa e mostra que mesmo com certas dificuldades ele é um ser digno de uma educação de qualidade que atenda suas necessidades contribuindo para a formação de um ser humano social e autônomo.

Palavras-Chave: Inclusão escolar. Educação Física. Deficiência auditiva.

Introdução

A inclusão esta em constante evolução e através dessa perspectiva abre-se portas para inúmeras oportunidades aos indivíduos que possuem algum tipo de necessidades especial, seja ela mental, motora, visual ou auditiva, pois através deste convívio direto com a sociedade este individuo torna-se um ser mais participativo estimulando sua sociabilidade entre vários tipos de grupos sociais.

O ambiente escolar também está em processo de adaptação a esta nova perspectiva, que vem tomando forças e sendo sustentadas por diversas leis tanto internacionais quanto federais e estaduais. Tais leis deixam bem clara a importância de tornar inclusa toda e qualquer pessoa com necessidades especiais em qualquer

1 Acadêmica do Curso de Educação Física da Unicruz tati.tatti@yahoo.com.br

2 Professora do Curso de Educação Física da Unicruz malena_neves@hotmail.com



que seja o ambiente em que este indivíduo esteja inserido e em especial o escolar, onde o indivíduo começa sua trajetória educacional, social e afetiva desde cedo.

A escola de hoje não pode ser mais uma escola segregada, e sim inclusiva. Esta escola inclusiva tende a se adaptar às leis e admitir alunos com necessidades especiais, desta maneira, a escolar regular deve aceitar e receber essas pessoas respeitando suas diferenças e necessidades seja ela qual for. Falkenbach, *et al* (2007) mostra a implantação da inclusão nas escolas regulares ao mencionar que o termo "inclusão" é extremamente recente, data do ano de 1994 quando a UNESCO, por ocasião da Declaração de Salamanca, onde foi registrada sua denominação no âmbito da educação regular.

Todo o ambiente para tornar-se inclusivo é preciso ser modificado no espaço físico para que este facilite o acesso às pessoas com dificuldades de locomoção. As escolas além de tornar seu espaço físico viável, precisam mudar o pensamento das pessoas quanto à inclusão tornando seus projetos pedagógicos abrangentes a essa perspectiva inclusiva. Essa mudança deve atingir a todas as áreas da educação, além das disciplinas deve estender-se até aos pais e a comunidade escolar em geral, pois a escola só será considerada inclusiva se estes grupos atuarem juntos.

Diante dessa ideia de transformação inclusiva, uma das áreas da educação que mais atingem diretamente os alunos é a Educação Física. Esta disciplina possibilita que estes alunos interajam com mais facilidade tanto com o professor quanto com os colegas desenvolvendo não só suas habilidades motoras, mas também, a amizade e socialização,

Para o professor tornar possível essa adaptação, ele precisa reciclar-se e buscar mais conhecimentos na área das necessidades especiais, pois quando o professor domina seu conteúdo ele sente mais seguro e consegue contemplar a todas as necessidades dos alunos.

Para cada tipo de necessidade especial, existe uma forma de trabalhar, portanto é preciso que o professor saiba um pouco de todas as especialidades. Ao atender crianças dos anos iniciais o professor deve saber que nessa fase a criança precisa desenvolver suas habilidades motoras fundamentais e isso deve se estender também aos alunos com necessidades especiais dentro dos seus limites. Desta forma torna-se visível o quanto é importante o professor conhecer sobre algumas deficiências, a fim de poder incluir essas crianças em suas aulas.



O indivíduo com necessidade auditiva precisa de atenção, o professor deve cuidar os tipos de atividades direcionadas a esse aluno, pois deve levar em consideração que a pessoa tem deficiência auditiva. Em casos específicos como, por exemplo, de desequilíbrio motor causado pela redução dos canais semicirculares, o professor de Educação Física deve limitar certas atividades por razões de segurança, se esse aluno tiver dificuldades no equilíbrio (LOPES & VALDES, 2003).

Toda e qualquer criança tem o direito de praticar a educação física, mesmo que esta possua alguma dificuldade, pois através desse contato com os diferentes tipos de esportes além de desenvolver aspectos motores, beneficiam e desenvolvem os aspectos sociais, afetivos e cognitivos, ou seja, contempla seu desenvolvimento num todo.

Revisão de Literatura

No processo evolutivo do homem, nos deparamos com diversas questões sociais que precisam ser pensadas, adaptadas e atualizadas aos dias atuais. A inclusão é uma dessas questões que precisa de muito entendimento e estudo para que seja ampla e contemple todas as suas exigências.

A prática inclusiva deve acontecer sempre em especial na escola, porém há casos em que não percebemos que ao invés de incluir estamos excluindo. Essa exclusão pode acontecer através de um gesto de cuidado exagerado com uma criança com necessidade especial, onde não permitimos que ela realize qualquer atividade por mais simples que seja. Esse ato acaba deixando-a intimidada e sentindo-se incapaz de fazer tudo. Desta forma, Darido (2001, p.20) mostra que mesmo a criança portadora de necessidades especiais pode realizar parte destas aulas, bastando para isto que as outras crianças sejam incentivadas a auxiliá-las.

Ao mencionar a criança, percebesse que esta é chave principal deste assunto sobre a inclusão, pois é pensando nela que tentamos buscar o aperfeiçoamento para atender a todas as suas necessidades seja ela cognitiva, social, motora. Em busca de suprir essas necessidades a escola tende a torna-se também um ambiente inclusivo que respeita as diferenças e suas pluralidades. Através deste processo de adaptação a escola deve não só torna-se fisicamente inclusiva, mas também preparar as sociedade escolar e reformular seu currículo adaptando-o. Segundo a afirmação de MITTLER (2003 *apud* GORGATTI 2005, p.13)



a inclusão é um termo mais atual que implica uma reforma radical nas escolas no que se refere ao currículo, à avaliação, e à forma de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Gorgatti também afirma (2005).

(...) que os estabelecimentos de ensino, diante da obrigatoriedade de aceitar a matrícula de alunos com deficiências, estão deixando de lado, conscientemente ou por falta de esclarecimentos, a noção fundamental de que é necessária uma profunda reforma na estrutura escolar, não somente criando-se rampas ou alargando-se portas, mas flexibilizando-se currículos, modificando-se atitudes e criando-se condições para que todos os jovens possam ter, mais do que acesso, possibilidade de sucesso na vida escolar e social (GORGATTI 2005, p.16)

Além de a escola se atualizar através de reformulações em seus currículos, o professor também precisa fazer parte desse processo buscando inteirar-se dos assuntos pertinentes a inclusão de crianças com necessidades especiais. Ao ministrar suas aulas o professor que domina seu conteúdo proporciona ao aluno uma aula interessante, onde todos são beneficiados, tanto professor quanto o aluno. Quando se tem um aluno com alguma necessidade é preciso adaptar suas aulas para que estes indivíduos também usufruam dos conhecimentos oferecidos, contudo para que essas aulas tenham sucesso é indispensável o professor saber como lidar com esses alunos especiais, pois conforme a necessidade, o planejamento mudará tentando atender as exigências de cada indivíduo, no entanto esse profissional não se sente apto a trabalhar com a inclusão necessitando um acompanhamento de um profissional especializado na área de educação especial. Sant' Ana (2005) afirma em suas pesquisas que os professores estão cientes de não estarem preparados para a inclusão, não aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e precisariam do apoio de especialistas.

Os tipos de necessidades especiais são muitos, o que faz com que os professores ainda não tenham um domínio das aulas com esses alunos. Quando um aluno, por exemplo, um deficiente auditivo o professor falha ao superprotegê-lo ou ao deixá-lo de lado por medo de não saber atender-lo poderá tornar o aluno uma pessoa triste e desmotivada comprometendo seu aprendizado. Segundo Gorgatti (2005).

Observa-se pelo exposto que a superproteção, a falta de conhecimento por parte dos professores, o pouco preparo dos colegas e a falta de adaptações, muito mais que a deficiência em si, são os grandes agentes que prejudicam o pleno desenvolvimento de uma criança com deficiência. Conhecer as



particularidades dos alunos e focar mais suas possibilidades do que suas limitações, certamente serão fatores decisivos para o sucesso do movimento de inclusão em educação física (GORGATTI 2005, p.65).

A Educação Física por ser uma disciplina que permite aos alunos sentirem-se livres podendo movimentar-se sem restrições, possibilitando o contato mais natural com o grupo social escolar, é a que mais contempla esses indivíduos com necessidades, pois seus conteúdos e objetivos também são de fáceis adaptações, no entanto, não pode esquecer que o profissional tem que atender as necessidades dentro dos limites dos seus alunos cuidando para que suas aulas sejam ideais a essas crianças.

A deficiência auditiva leve ou moderada é uma doença que interfere no aprendizado da criança e na sua relação social, ela pode ser de origem hereditária ou adquirida e quando não descoberta com antecedência pode prejudicar a criança no seu entrosamento social devido à dificuldade da fala e da linguagem, como afirma OSÓRIO (1999).

Um aluno com deficiência auditiva também pode realizar a prática de educação física, porém o professor deve levar em consideração que a deficiência auditiva tem muitas variações, tanto na forma se hereditária ou adquirida e qual sua proporção de perda auditiva, esse aspectos são responsáveis por alguns comprometimentos do desenvolvimento da criança em especial o controle do equilíbrio. Como afirma Marchry (2010).

A deficiência auditiva é a perda total ou parcial da audição ou percepções de sinais sonoros, o indivíduo pode ser deficiente auditivo leve, moderado, severo, grave, profundo. Esta deficiência pode ser causada por uma lesão no ouvido interno, ou má formação dos ossos do labirinto, pode ser congênita ou adquirida. A surdez além da perda auditiva causa comprometimento na fala e em muitos casos no equilíbrio (Machry,2010).

No entanto, quando o professor conhece o tipo da agressão auditiva de seu aluno ele tem capacidade de planejar aulas que buscam desenvolver suas habilidades motoras fundamentais, mas tomando o cuidado para que se esse aluno tenha dificuldade com atividades de equilíbrio, o professor possa auxiliá-lo ou fazer atividades com menos complexidade para este aluno.



Na elaboração de um plano de aula de Educação Física que contemple alunos deficientes auditivos, devemos ter como objetivo propiciar o desenvolvimento motor e físico do aluno, o desenvolvimento de padrões fundamentais de movimento e a aquisição de habilidades específicas, fazendo-se necessário identificar as necessidades e capacidades de cada aluno, compreender o processo de desenvolvimento que ocorre no decorrer de sua vida e ter metas claras e priorizá-las ao longo do tempo (Lopes & Vadés, 2003, p.198).

O convívio escolar de crianças com necessidade especial é uma lição de aprendizado, onde as crianças ditas "normais" e as especiais unem-se, não existindo diferença entre elas. A escola inclusiva oferece essa experiência a essas crianças, e esta fundamentada em varias leis que defendente a inclusão nas escolas regulares. Uma das leis é a Declaração de Salamanca (1994) assinado na cidade de Salamanca, Espanha. Esta declaração instituiu a todos os países que defendem a inclusão social a pratica nas escolas o acolhimento desses indivíduos.

O Brasil também faz parte desses países que buscam a inclusão social e para fortalecer esse processo o Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, criou o Documento Subsidiário à Política de Inclusão onde estão anexadas as idéias principais dessas leis. A Declaração de Salamanca que sugere que se desenvolva uma pedagogia centrada na relação com a criança, capaz de educar com sucesso a todos, atendendo às necessidades de cada um, considerando as diferenças existentes entre elas. A LDBEN 9394/96 permite desvincular "educação especial" de "escola especial" e também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos. (Documento Subsidiário à Política de Inclusão, 2005).

A inclusão é o assunto do momento e esta tomando espaço, não só em pesquisas, mas também no ambiente social e inclusive na escola, que é o berço da educação e através desse caminho busca-se a globalização da inclusão.

Considerações Finais

A inclusão é mais nítida nos dias de hoje, porem percebe-se que ainda falta muita adaptação, não só no ambiente físico, mas também no modo de pensar das pessoas da sociedade e no currículo escolar, pois ao tentar produzir uma inclusão o individuo pode estar fazendo uma in/exclusão através da pratica de superproteção de pessoas com necessidade especiais onde muitas vezes o professor ou ate



mesmo os pais têm medo de deixar que essas pessoas tentem ter uma vida mais normal possível. Não se pode esperar que essas pessoas especiais cresçam como as árvores se não as fertilizamos com estímulos e conhecimentos para que cresçam e dêem seus próprios frutos.

Referência

BRITO Angela Maria Waked de; DESSEN, Maria Auxiliadora. Crianças Surdas e suas famílias: Um panorama Geral. Psicologia Reflexão e Crítica. Porto Alegre, v.12, n.02, 1999. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/188/18812212.pdf>>. Acesso em: 12 abril de 2012.

DARIDO, Suraya Cristina. A Educação Física, A Formação do cidadão e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Rev. paul. Educ. Fís., São Paulo, 15(1): 17-32, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.educacaofisica.com.br/biblioteca/a-educacao-fisica-a-formacao-do-cidadao-e-os-parametros-curriculares-nacionais.pdf>> Acesso em: 01 abril 2012.

FALKENBACH, Atos Prinz; CHAVES, Fernando Edi; NUNES Dileni Penna; NASCIMENTO, Vanessa Flores do. A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. Revista Movimento, Porto Alegre, v.13, n. 02, p.37-53, maio/agosto de 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/viewArticle/3544>> Acesso em: 12 abril de 2012.

GORGATTI, Márcia Greguol. Educação Física escola e inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores. Tese doutorado. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/tese-greguol-educacaofisicaescolarinclusao-gorgatti.pdf>> Acesso em :06 abril de 2012.

KLEIN, Rejane Ramos. Inclusão escolar: implicações para o currículo. São Paulo: Paulina, 2010.

LOPES, Aluísio Wagner de Araújo. VALDÉS, Maria Teresa Moreno. Formação de professores de educação física que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência auditiva): uma experiência no ensino fundamental da rede Pública de Fortaleza. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.9, n.2, p.195-210, Jul.-Dez. 2003. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista9numero2pdf/6lopes_valdes.pdf> .Acesso em 10 abril 2012.

MACHRY, Diviê. Alunos deficientes e com necessidades educacionais Especiais e as escolas de educação especial: algumas reflexões. efdesporte.com Revista digital- Buenos Aires, ano 15, n. 043, abril, 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd143/alunos-deficientes-e-as-escolas-de-educacao-especial.htm>> .Acesso em: 10 abril 2012.



PAULON, Simone Mainieri. Documento subsidiário à política de inclusão-Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: < <http://www.smeec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/educacao/documentos/documento%20subsidiario%20a%20politica%20de%20inclusao.pdf>> Acesso em: 05 abril 2012.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>> Acesso em: 02 abril de 2012.

OSÓRIO, Marco Aurélio Machado. Dificuldades e aprendizagem e perdas auditivas leves e moderadas. CEFAC-Centro de Especialização em Fonoaudiologia Clínica Audiologia Clínica, Goiânia, 1999. Disponível em: < <http://www.cefac.br/library/teses/b1fa0366938c2104a5d88698a30eac63.pdf>> Acesso em: 12 abril de 2012.